

## Fazendo etnografia no arquivo: possibilidades e desafios

Márcio Douglas de Carvalho e Silva\*

## Making ethnography in the archive: possibilities and challenges

### Resumo

O objetivo do artigo é verificar quais são as possibilidades e os desafios encontrados ao fazer uma etnografia no arquivo; “campo” onde os sujeitos estão expressos em diferentes gêneros documentais e não necessariamente no contato direto pesquisador-pesquisado, método mais comum nas pesquisas em antropologia. Para tanto, utilizamos escritos que se reportam ao tema em questão, com destaque para Cunha (2004) e (2005), Frehse (2005) e Cunha e Castro (1986), fazendo uma análise das propostas de pesquisa etnográfica dos mesmos e identificando como se pode estabelecer um diálogo entre etnografia e arquivo. Verificamos através dos trabalhos analisados, que embora ainda existam desafios a serem superados, fazer uma etnografia tendo com base documentos que se encontram nos arquivos é um campo viável para a antropologia à medida que possibilita “dar voz” a sujeitos que até então ficavam à margem das pesquisas etnográficas.

**Palavras-chave:** Etnografia; Arquivo; Campo de pesquisa.

### Abstract

The objective of the article is to verify what are the possibilities and the challenges encountered when doing an ethnography in the archive; “Field” where subjects are expressed in different documentary genres and not necessarily in direct researcher-researched contact, the most common method in anthropology research. For that, we use writings that refer to the subject in question, with emphasis on Cunha (2004) and (2005), Frehse (2005) and Cunha e Castro (1986), making an analysis of ethnographic research proposals of the same and identifying a dialogue between ethnography and archive can be established. We verified through the analyzed works that although there are still challenges to be overcome, to make an ethnography based on documents found in the archives is a viable field for anthropology as it makes it possible to “give voice” to subjects who had hitherto been marginalized of ethnographic research.

**Keywords:** Ethnography; Archive; Research field.



\* Licenciado em História UESPI. Mestre em Antropologia UFPL. Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira UESPI.

Já aplicada por Morgan no século XIX, ao fazer um estudo sobre os ioruaques no território norte americano<sup>1</sup>, a pesquisa de campo, a partir de meados do século XX ganha notoriedade na pesquisa antropológica com a publicação dos “*Argonautas do Pacífico Ocidental*”<sup>2</sup> consolidando a observação participante, pressuposto popularizado por Malinowski como a maneira clássica de se fazer etnografia.

Desde então, a prática etnográfica passou a ser determinada pela presença do etnógrafo junto a seus interlocutores no campo de pesquisa e, esse delinear metodológico onde o pesquisador/etnógrafo vivencia suas experiências na cultura do seu provável informante moldou os meandros que passaram a ser seguidos pelo campo da antropologia a partir desse momento.

Essa metodologia que tem como base o contato direto entre etnólogo-sujeitos pesquisados não deixa de ter algumas implicações, pois no momento em que se consolida e se legitima o trabalho de campo através observação participante junto aos interlocutores, como fez Malinowski<sup>3</sup>, vão sendo relegadas a marginalidade “uma série de fontes alternativas de autoridade [...] como o conhecimento acumulado nos *arquivos* sobre determinados grupos; ou a perspectiva de comparação intercultural, ou o trabalho de levantamento estatístico”.<sup>4</sup>

A implicação de a observação participante ser considerada a forma possível e legítima de se realizar o trabalho etnográfico, está no fato de que em determinados momentos, o pesquisador acaba esbarrando em circunstâncias onde o contato pessoal com o nativo ou com seu informante não é possível como, por exemplo, em situações que os grupos pesquisados já não podem ser encontrados por estarem extintos, ou por se tratar de um fato passado de importância relevante para entender o momento atual de uma determinada conjuntura cultural de uma sociedade, e não se tem como absorver essas informações com grande propriedade diretamente dos sujeitos que nela se fazem presentes no momento.

Diante desse impasse, a solução seria recorrer a outros tipos de fontes; como os arquivos e museus – que seriam para Clifford (2014), “fontes alternativas”; porém o arquivo não deve ser visto pelo etnógrafo apenas como um local onde se procura informações para preencher lacunas, em oposição à importância que o mesmo tem na pesquisa histórica, pois “uma etnografia nos arquivos, assim como a etnografia clássica, revela-se densa no que tange a sua constituição e manutenção, dela emergindo, sob

1 XAVIER, Juarez Tadeu de Paula. *Teorias Antropológicas*. Curitiba: IESDE, 2009.

2 MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Ed. Abril, 1984.

3 MALINOWSKI, 1984.

4 CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014, p. 54.

uma perspectiva pós-moderna, diversas vozes que podem ser utilizadas enquanto objeto de análise”.<sup>5</sup>

Bellotto (2006),<sup>6</sup> esclarece as atividades que as funções básicas dos arquivos exigem são: “reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações contidas nos documentos que deles fazem parte”<sup>7</sup>, e que ao cumprir essas funções, os arquivos podem dar uma resposta aos “seus objetivos fundamentais de servir à administração, ao direito, à cidadania e à historiografia”.<sup>8</sup>

Assim, as “vozes” apontadas por Wanzeler e Pacheco (2016), podem ser percebidas nos arquivos não só nos documentos/fontes em si que o mesmo possui, e que podem ser analisados pelo etnógrafo ou pelo historiador, mas por serem espaços constituídos e mantidos por sujeitos ativos, grupos sociais ou instituições.

É através dessas vozes muitas vezes silenciadas que “deve o etnógrafo buscar os fatos profundos, quase inconscientes, porque eles existem apenas na tradição coletiva. São estes fatos reais, estas coisas, que procuraremos alcançar através dos documentos”.<sup>9</sup>

Pensando no documento além dos aspectos superficiais que ele pode revelar (Wanzeler e Pacheco, 2016), afirmam que “o documento não é pessoa, mas tem muito a dizer sobre ela, e cabe ao pesquisador a investigação, imergindo nos documentos e captando fragmentos que dão sentido e significado”.<sup>10</sup>

Diante da possibilidade da realização de etnografias que atravessa as barreiras do convencional na antropologia – a pesquisa de campo e a observação participante, o objetivo do presente artigo é verificar como é possível se estabelecer o diálogo entre etnógrafo e os sujeitos/vozes que se encontram nos documentos de arquivo, definidos como “aqueles que depois do trâmite dentro da ação justificou sua criação foram recolhidos a arquivos”,<sup>11</sup> assim percebendo como as respostas encontradas nos arquivos são importantes para as indagações do etnógrafo e consequentemente para o campo da antropologia.

5 WANZELER, R. de S.; PACHECO, A. S. Bruno De Menezes, Etnógrafo da Amazônia: Zonas Interculturais em Boi Bumbá. *Rev. FSA*, Teresina, v. 13, n. 1, p. 25-44, 2016, p. 37.

6 BELLOTTO, Heloisa Liberali. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

7 Idem, p. 133.

8 Idem, p. 133.

9 MAUSS, M. Ofício de Etnógrafo, método sociológico (1902). In: *Marcel Mauss*. Roberto Cardoso de Oliveira (Org.). São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas. 1979, pp. 53-59, p. 57.

10 WANZELER, R. de S.; PACHECO, 2016, p. 36.

11 BELLOTTO, Heloisa Liberali. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 272.

Para chegarmos a esse enfoque, analisamos trabalhos que versam sobre tema em questão com destaque para os textos “*Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo*”, Cunha (2004),<sup>12</sup> “*Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos*” Cunha (2005),<sup>13</sup> “*Os informantes que os jornais e as fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado*” Frehse (2005),<sup>14</sup> e “*Vingança e temporalidade: os Tupibambá*” Cunha e Castro (1986),<sup>15</sup> onde verificamos as implicações e formas possíveis de um diálogo entre etnografia e arquivo; enfatizando o papel desempenando pelo arquivo na pesquisa antropológica.

### *O arquivo é o campo: uma etnografia em documentos*

Para chegar a um conceito de arquivo deve-se levar em conta as mudanças sofridas por esse termo ao longo da história, pois este variou de acordo com as transformações políticas e culturais que o ocidente passou. Os arquivos podem ser vistos como um reflexo, tanto no seu conteúdo como também na sua interpretação das sociedades e das mudanças sofridas por estas.<sup>16</sup>

Para esse trabalho, adotaremos o conceito disposto no “*Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*” que define arquivo como: “*Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte*”.<sup>17</sup>

Com as transformações ocorridas no interior da Antropologia ocasionadas pelos questionamentos teóricos e metodológicos na segunda metade do século XX,<sup>18</sup> o campo antropológico tornou-se mais aberto para novas possibilidades de pesquisa, permitindo que o arquivo passasse a ser visto como um campo a ser pesquisado pelos etnógrafos. Para Porto (2007).

12 CUNHA, Olívia G. da. Tempo Imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana* 10 (2), 2004, p. 287-322.

13 CUNHA, Olívia G. da. Do ponto de vista de quem? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, jun-dez de 2005, p. 07-32.

14 FREHS, Fraya. Os informantes que os jornais e as fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n 36. jun-dez de 2005, p. 131-156.

15 CUNHA, Manuela Carneiro da e CASTRO, Viveiros de. Vingança e Temporalidade: os Tupinambá. In: *Cultura com aspas*. São Paulo: Cosac Naify, 1986, p. 77-99.

16 RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. *Perspect. ciênc. inf.*, Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

17 BRASIL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 27.

18 LAPLANTINE, Francois. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2012.



A etnografia do arquivo assenta nas anotações relativas a correspondências, analogias, regularidades, remissões, ou o seu reverso, que o arquivo disponibiliza. [...] Assenta nos registros de outrem das suas próprias experiências, historicamente circunscritas. [...] A etnografia de um arquivo parte, dessa condição do arquivo: que ele se protege do fato de ser um arquivo, mas que, enquanto tal, é um produto específico da articulação de estruturas e agências concretas.<sup>19</sup>

Essa necessidade de aproximação com os documentos dispostos nos arquivos é reforçada pelo pensamento de Lévi-Strauss (1993).<sup>20</sup> Para o mesmo, a antropologia futuramente deverá passar por uma transformação nas pesquisas que envolvam sociedades e culturas distintas “porque a história delas permaneceria inacessível na ausência de documentos escritos”. Diante disso, percebe-se que “nos últimos anos, além de historiadores e arquivistas, antropólogos têm se voltado para os arquivos como objeto de interesse”<sup>21</sup>, pois estes carregam informações sobre o contexto de produção do documento podendo revelar aspectos históricos, políticos, sociais e econômicos. O pesquisador, de posse dos documentos, pode produzir conhecimento a partir da interpretação desses. Com isso, “arquivos *etnográficos*, tradicionalmente reconhecidos como repositórios de informações sobre os ‘outros’, passam a ser reconhecidos como lugares onde o processo de construção de sua objetivação pode ser compreendido”.<sup>22</sup>

Com isso, podemos afirmar que no desempenho de seus ofícios, tanto o antropólogo como o historiador podem dialogar com diversas alternativas e variedades de documentos, independente do gênero documental que são definidos de acordo “*Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*” como a

reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais.<sup>23</sup>

19 PORTO, Nuno. O museu e o arquivo do Império. In: BASTO, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de, e FELDMAN-BIANCO, Bela. *Trânsitos Coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros*. Campinas (SP): UNICAMP, 2007, p. 127.

20 LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, p. 63.

21 CUNHA, 2004, p. 192.

22 Idem, p. 294.

23 BRASIL, 2005, p. 99.



Não é à toa que alguns estudos como os de Cunha (2005) e Ribeiro (1986), pontuam esse tipo de trabalho desenvolvido por etnógrafos no século passado; a primeira mostrando os documentos de Lorenzo Dow Turner com sua coleção de registros sonoros feitos em viagens de campo ao Brasil na década de 1940 e as fotografias de Ruth Landes. A segunda expõe o “exemplo de Gregory Bateson e Margaret Mead que, na década de 1940, acharam que somente através do recurso à fotografia e ao cinema era possível descrever e entender o *ethos* e o caráter balinense”.<sup>24</sup>

Foucault (2010), explica que o arquivo é

o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.<sup>25</sup>

Essa “acumulação” de coisas avistadas pelo autor, nos leva a compreender a função dos arquivos diante da importância que eles têm de preservar a memória e a história de uma comunidade ou um grupo, vindo a “constituir o seu patrimônio cultural”.<sup>26</sup>

Mais buscado por historiadores no âmbito de suas pesquisas, o arquivo é capaz mostrar não só para esses, mas também para os antropólogos, as expressões culturais e as práticas de dominação e poder de uma dada sociedade. Seguindo esse raciocínio, Foucault conclui que “a análise do arquivo comporta, pois, uma região privilegiada: ao mesmo tempo próxima de nós, mas diferente da nossa atualidade, trata-se da orla do tempo que marca nosso presente”.<sup>27</sup>

Nesse diálogo estabelecido entre passado e presente, o pesquisador vai montando o seu campo de pesquisa e encontrando os sujeitos com quem vai dialogar; esses sujeitos podem não estarem vivos em “carne e osso”, mas que têm vozes que estão marcadas nos documentos esperando um interlocutor para emitir seu som. É nesse encontro do etnógrafo e do historiador com essas vozes até então inaudíveis, que muitas respostas podem encontradas para as inquietações do pesquisador. Para Cunha, (2004),

24 RIBEIRO, Berta G. *Museu e Memória: o papel social dos museus de etnografia*. São Paulo: Museu do índio, FUNAI, 1986.

25 FOUCAULT, Michel. O enunciado e o arquivo. In: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2010. pp. 87-143. p. 147.

26 BELLOTTO, 2006, p. 136.

27 FOUCAULT, 2010, p. 148.

Se a possibilidade das fontes “falarem” é apenas uma metáfora que reforça a ideia de que os historiadores devem “ouvir” e, sobretudo, dialogar com os documentos que utilizam em suas pesquisas, a interlocução é possível se as condições de produção dessas “vozes” forem tomadas como objetos de análise - isto é, o fato de os arquivos terem sido constituídos, alimentados e mantidos por pessoas, grupos sociais e instituições.<sup>28</sup>

Essas considerações nos levam a perceber o arquivo enquanto campo não só com os documentos que se encontram incrustados em caixas e catalogados nas suas prateleiras, mas por todos os sujeitos que também fizeram parte da sua fundação sejam eles agentes públicos ou privados. O arquivo, antes de tudo, tem uma função e uma intenção de quem o institui: possui um idealizador/fundador e um mantenedor que também podem revelar muito sobre o que se deseja buscar quando se debruça sobre documentos, pois

os arquivos constituem, afora o campo, o objeto da reflexão dos respectivos autores. Além de serem o cenário no interior do qual o antropólogo se move analiticamente para realizar a sua investigação, os arquivos são o próprio foco da análise. Problematiza-se, então, o contexto histórico e antropológico de sua produção e organização: os sujeitos e instituições que os fizeram e fazem ser como são.<sup>29</sup>

As inquietações que um documento histórico pode desencadear em um antropólogo ou em um historiador são bem exemplificadas por Guinzburg (1991), no texto “*O inquisidor como antropólogo*”, onde propõe uma analogia a partir de registros escritos de produções orais comparando atas judiciais dos tribunais eclesiásticos da inquisição com os textos dos primeiros antropólogos, fazendo uma análise de um trabalho de campo realizado já há alguns séculos, afirmando que “em alguns casos excepcionais temos um verdadeiro diálogo: podemos ouvir vozes distantes, podemos detectar um choque entre verdades diferentes ou mesmo contraditórias”.<sup>30</sup>

Mais adiante, ao realizar sua pesquisa nos documentos inquisitoriais, o autor afirma ter encontrado nesses arquivos uma rica descrição dos julgamentos, sendo “verdadeiramente espantosa a riqueza etnográfica dos julgamentos do Friuli. As palavras, os gestos, o cortar súbito do rosto, até os silêncios – Tudo era registrado com meticulosa precisão pelo escrivão do Santo Ofício”.<sup>31</sup> Essa analogia feita pelo autor nos revela o que ele cha-

28 CUNHA, 2004, p. 293.

29 FREHSE, 2005, p. 132.

30 GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 208.

31 Idem, p. 209.



mou de “atitude antropológica” – a busca pelas informações e respostas (que os inquisidores buscavam nos seus réus), a mesma que o etnógrafo busca extrair na sua pesquisa.

Com isso, podemos afirmar que os arquivos são produtos de uma dada época, de uma determinada cultura e podem fazer o pesquisador entender no momento em que foram produzidos, as aspirações e as práticas culturais mesmo não estando em contato direto com os sujeitos que o produziram, mantendo um diálogo com os mesmos a partir do que Bezerra (2015), denominou de etnografia retrospectiva que “vê o documento oral ou escrito como uma fonte, e se constituiria pela interpretação desses *corpus* ou *textos* não necessariamente produzidos com base no testemunho forjado a partir de uma experiência direta, seja do pesquisador seja dos supostos interlocutores”.<sup>32</sup>

São os rastros<sup>33</sup> deixados no documento (independente da sua natureza) e os seus “fragmentos descontínuos” que o pesquisador deve percorrer, pois “quando o arquivo é o campo [...] e onde se vai à procura de informações sobre um determinado objeto de estudo, surge uma questão: onde estão as pessoas com quem podemos conversar e a quem podemos fazer perguntas?”<sup>34</sup>

Como já sabemos, o contato e a interação direta entre as duas partes não é possível nesse tipo de pesquisa, mas as perguntas aos serem direcionadas aos documentos dispostos nos arquivos podem revelar ao pesquisador sentimentos, imaginários, gestos aspirações, formas de dominação entre muitos aspectos, pois

Embora sem poder participar fisicamente, o pesquisador observa... Lança mão da visão e, por meio dela, lê textos, contempla imagens, inquire a materialidade da documentação e o seu conteúdo. Vai conformando assim, no corpo a corpo com o arquivo - cruzamento de dados de fontes diversas entre si e com aqueles que a leitura das fontes secundárias lhe fornece - um segundo campo, por assim dizer, campo mais restrito. Refiro-me a um campo imaginário de interlocuções com os autores e personagens que integram a documentação. E aí vem à tona outro aspecto que integra também o trabalho de campo convencional, por menos ressaltado que seja neste contexto. Em seu contato com os sujeitos que estuda, é

32 BEZERRA, Analúcia Sulina. Arquivo e memória oral na produção de uma etnografia retrospectiva. *Antropológicas*, Nº 13, 2015. P. 67-78, p. 74.

33 GINZBURG, 2007.

34 VALENTIM, Cristina Sá. *O (s) pó (s) do arquivo. Uma etnografia em arquivo colonial numa pesquisa pós-colonial*. O (s) pó (s) do arquivo. Uma etnografia em arquivo colonial numa pesquisa pós-colonial. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DOUTORANDOS/AS DO CES. 2013. Cabo dos Trabalhos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013, p. 05. Disponível em: [http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/7.1.2\\_Cristina\\_Sa\\_Valentim.pdf](http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/7.1.2_Cristina_Sa_Valentim.pdf) Acesso: 20 jun. 2016.





inevitável que o antropólogo imagine, seja “quando o campo é o campo”, seja “quando o campo é o arquivo”.<sup>35</sup>

O “campo do imaginário” a que a autora se refere, leva o pesquisador a “criar” representações que conectem o contexto que os documentos retratam com os sujeitos/personagens que aparecem como interlocutores nesse documento em um dado espaço “físico” e temporal. Essa tarefa de exercitar a imaginação é reforçada por Cunha (2004), ao afirmar que “os arquivos etnográficos [...] são construções culturais cuja compreensão é fundamental para entendermos como certas narrativas profissionais foram produzidas e como sua *invenção*, resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual”.<sup>36</sup>

Cunha (2005), também aborda esse “ofício do imaginar” na pesquisa etnográfica, dando exemplos claros do exercício dessa prática na sua pesquisa em vários momentos ao analisar as fotografias produzidas por Ruth Landes no Brasil, quando afirma que “a ausência de centralidade ou tratamento especial oferecia algumas possibilidades de análise e uso do material fotográfico: permitiu-me sair do arquivo e imaginar a experiência etnográfica de Landes, partilhando a interlocução e o diálogo com outros atores”.<sup>37</sup>

Diante disso, é importante se estabelecer, mesmo que no campo do imaginário, um diálogo com o a denominação de Frehse (2005)<sup>38</sup> acerca de “informantes peculiares”. Para a autora estes são “personagens que, tematizadas na documentação, atuam de formas analiticamente relevantes no campo imaginário que o pesquisador constrói a partir da interlocução com as fontes”. Porém ela destaca que só se permite a distinção desses tipos de personagens imagéticos devido à construção que o pesquisador faz com a teoria no ambiente externo aos arquivos.

Cunha (2005), ao fazer uma pesquisa etnográfica nos arquivos de Ruth Landes nos mostra como é possível estabelecer a relação entre etnografia e arquivo. Ao se debruçar sobre os registros deixados por essa etnóloga estadunidense a partir da coleção *Ruth Landes Papers* (RLP), a autora pode demarcar através do método etnográfico a trajetória profissional e pessoal de Ruth Landes, mostrando essa abordagem etnográfica dos arquivos como campo de estudo para uma abordagem antropológica; revelando que os documentos de natureza pessoal encontrados na coleção de Ruth Landes foram essenciais para compreender não só a trajetória pessoal e profissional dessa etnóloga, mas também de mostrar o contexto e as condições em que o “rastro”/obra desse autor foi produzido.

35 FREHSE, 2005, p. 136.

36 CUNHA, 2004, p. 296.

37 Idem, p. 10.

38 FREHSE, 2005, p. 136.



De forma próxima a proposta de Cunha (2005), Costa (2005), faz uma leitura das fotografias Ruth Landes entre os anos de 1938 e 1939 quando a mesma esteve no Brasil, destacando que o acervo que contém parte dos arquivos da antropóloga “figura como mais abrangente em termos ‘etnográficos’, uma vez que inclui manuscritos de livros, correspondência, notas de pesquisa e diários de campo sobre temas variados [...] como os terreiros de candomblé e umbanda no Brasil”.<sup>39</sup>

Importante destacar no acervo fotográfico analisado pela autora, que não só o documento escrito é capaz de transcrever o universo de uma determinada época ao ser analisado, mas a imagem “congelada” registra um momento único que se molda carregada de uma historicidade que vai além das fronteiras do visível, mas atravessa para o campo do sensível. Ao se reportar a análise feita dos registros fotográficos de Ruth Landes e das gravações produzidas por Lorenzo Dow Turner no Brasil, Costa (2005), conclui que

a possibilidade de conectar esses encontros e relações de conhecimento não anula a historicidade própria nem dos artefatos que tiveram origem no arquivo - as fotografias e as vozes registradas em suportes de áudio -, nem daqueles que através do olhar e da lembrança estabelecem com os “artefatos” e seus leitores especializados uma forma sensível de diálogo.<sup>40</sup>

A etnografia estabelecida pelo não contato face a face com informantes também foi um desafio para o trabalho de Frehse (2005), ao realizar sua pesquisa partindo de dois conjuntos documentais do Arquivo do Estado de São Paulo, analisando fotografias e jornais para verificar as transformações na civilidade entre as pessoas que transitavam nas ruas da cidade de São Paulo entre os séculos XIX e XX reiterando que

as especificidades do trabalho de campo nos arquivos não impedem a relevância da figura do informante. [...] quando o arquivo é exclusivamente o campo da investigação, o informante precisa ser construído teoricamente, o que se dá em meio a um diálogo do antropólogo com a teoria e o campo.<sup>41</sup>

É esse encaminhamento teórico que determina como será o diálogo entre etnógrafo e documento, possibilitando mesmo em um encontro onde um interlocutor já “não está aqui” ser possível ter respostas pelos seus vestígios: sejam nas falas fixadas na escrita ou no áudio, suas expressões “congeladas” na fotografia ou no desenho, além de outras fontes. A

39 COSTA, 2005, p. 16.

40 COSTA, 2005, p. 27.

41 FREHSE, 2005, p. 149.



autora destaca que se trata de um equacionamento teórico-metodológico que os historiadores já há muito empregam, mesmo sem defini-lo nesses termos. É a tal “crítica das fontes”, que leva o historiador às evidências que os documentos contêm acerca de determinada(s) personagem(ns) cuja(s) história(s) ele contará.<sup>42</sup>

Os sujeitos já não estão ali como antes, os lugares quase sempre não são mais os mesmos, mas mesmo assim ganham “vida” no discurso do etnógrafo ou historiador, pois estes, a partir do uso de um método, do diálogo com a teoria, e fazendo “crítica as fontes”, no caso do historiador, são capazes de dá sentido a um registro do passado.

Foi a partir de registros dessa natureza, analisando fontes primárias que versam sobre os primeiros anos da colonização do Brasil, como documentos de companhias religiosas, que Cunha e Castro (1986) esboçaram no texto “*Vingança e temporalidade: os Tupinambá*” acerca do canibalismo dos Tupinambá, fazendo uma associação dessa prática com os processos de vingança, concluindo que a vingança é de certa forma a garantia da memória social desses povos. Importante destacar nesse texto a possibilidade que existe de se realizar um trabalho etnográfico sobre sociedades indígenas e sua cultura ainda no século XVI, a partir de documentos oficiais, cartas, tratados e diferentes escritos sobre a época.

### *Considerações finais*

Fazer etnografia em um campo ainda pouco convencional para a antropologia pode ser visto como um desafio para o etnógrafo, mas não deixa de ser uma possibilidade que instiga o pesquisador a ir além do campo estabelecido pelo contato direto com os interlocutores. É o partir para “falar com sujeitos” que já deixaram suas respostas a espera de perguntas. Não estão ali para raciocinar e responder no momento. Suas respostas já estão “feitas” e, dependerão do aparato metodológico e teórico que o pesquisador utilizará para extraí-las.

Outra possibilidade é a realização de uma pesquisa onde o campo é o arquivo juntamente com uma pesquisa de campo fazendo uma relação entre os dois tipos de campo – o documental que se encontra no arquivo e o campo onde terá contato com os sujeitos vivos – e complementando informações com sujeitos que estão aqui no momento da pesquisa com os que fisicamente já “não estão mais aqui”. Por isso é importante “conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas sujeitas à leitura e novas interpretações”.<sup>43</sup>

42 Idem.

43 FOUCAULT, 2010, p. 149.

Dessa forma, verificamos nos trabalhos de Cunha (2004) e (2005), Frehse (2005), Cunha e Castro (1986), a realização de etnografias que conseguiram registrar uma temporalidade e dialogar com interlocutores em diferentes épocas a partir da análise de diferentes gêneros documentais dispostos nos arquivos, mostrando esse ser um campo possível e profícuo para a pesquisa antropológica.

